

Nome: _____

**GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A. (GHC) – HOSPITAL
FEDERAL DE BONSUCESSO – RJ – Concurso Público – 002/2026****008 – ENGENHEIRO CIVIL (ORÇAMENTISTA) –
PROVA 01****PROVA ESCRITA OBJETIVA
CADERNO DE QUESTÕES**

ATENÇÃO: Transcreva no espaço do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, a frase abaixo.

Sempre parece impossível até que seja feito.

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. Confira o **CADERNO DE QUESTÕES** nos primeiros **30 minutos de prova**. Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Confira o **CARTÃO-RESPOSTA** e assine seu nome no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A ausência de assinatura incide na desclassificação do candidato.
3. Não dobre, não amasse, nem manche o **CARTÃO-RESPOSTA**. Ele **NÃO** poderá ser substituído.
4. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 opções identificadas com as letras A, B, C, D, E. Assinale apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
5. O tempo disponível para esta prova é de **3h30min**.
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES** não serão considerados na avaliação.
7. Os candidatos, após entrarem na sala da prova, somente poderão retirar-se após decorridas duas horas do tempo de duração previsto.
8. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal **SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA**, juntamente com o **CARTÃO-RESPOSTA**. Em seguida, assine a **LISTA DE PRESENÇA**. Caso o **CADERNO DE QUESTÕES E/OU** o **CARTÃO-RESPOSTA** estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
9. O candidato também será excluído do certame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala de prova levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES**, antes do tempo estabelecido, e/ou **CARTÃO-RESPOSTA**.
 - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no **CARTÃO-RESPOSTA**.



GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										

008 – ENGENHEIRO CIVIL (ORÇAMENTISTA) – PROVA 01**CONHECIMENTOS GERAIS****TEXTO****ARQUEOLOGIA NA AMAZÔNIA GANHA FORÇA COM TECNOLOGIA E VERBAS**

Por muito tempo, acreditou-se que a Amazônia não oferecia condições para o desenvolvimento de sociedades mais complexas. O calor, a umidade e a vegetação densa seriam obstáculos intransponíveis, diziam naturalistas europeus do século 19. Eles estavam errados – mas teria sido difícil acertarem com a tecnologia da época.

Civilizações antigas como os incas, os maias e os astecas usavam pedras para construir vias, casas e templos, alguns dos quais seguem de pé até hoje. Já os povos originários da Amazônia alteravam seu ambiente com movimentações de terra e o uso de madeira e palha, que se decompõem com o tempo. Por isso, era mais fácil para um desbravador antigo nas Américas encontrar um templo maia ou uma estrada inca do que vestígios de uma vila pré-colombiana no meio da Amazônia.

Isso vem mudando nos últimos anos, com uma mãozinha da tecnologia: o uso do LiDAR, um radar de pulsos de laser que consegue escanear com detalhes o solo abaixo da copa das árvores. A imagem criada pode revelar estruturas construídas pelo homem na floresta, como valas, estradas e vestígios de casas. No Brasil, o uso do LiDAR é bem recente – começou em 2024, no projeto Amazônia Revelada, que tem como meta escanear cada vez mais áreas da floresta em busca de sítios arqueológicos.

Antes, em 2015 uma pesquisa do tipo no Equador encontrou um conjunto de antigas cidades na floresta que abrigaram milhares de pessoas há cerca de 2.500 anos. Em 2019, um grupo de arqueólogos bolivianos e alemães também fez isso na Amazônia boliviana. Além do avanço tecnológico, há mais arqueólogos interessados em trabalhar na Amazônia e verbas disponíveis, como mostra a iniciativa Amazônia +10, uma aliança de fundações estaduais de fomento que apoia projetos de pesquisa de várias disciplinas na região da floresta.

Em 2022, na primeira chamada para pedidos de financiamento, os projetos de arqueologia representaram 0,65% do total de submissões e nenhum foi contemplado com verbas. Na segunda

chamada, em 2024, projetos de arqueologia representaram 4,19% das submissões e receberam 18,95% da verba disponível, ou R\$ 14,4 milhões.

Arqueólogos também relatam maior interesse dos povos indígenas em autorizar pesquisas em suas terras, motivados pela percepção de que o conhecimento documentado sobre seus ancestrais fortalece a defesa de seus territórios e modos de vida – sob a lei brasileira, sítios arqueológicos são protegidos como patrimônio cultural.

O projeto Amazônia Revelada escaneou na sua primeira fase com o LiDAR 1,6 mil km² de floresta, área equivalente à da cidade de São Paulo, e localizou diversos sítios arqueológicos, incluindo um conjunto no sul do Amazonas. Esses sítios são caracterizados por geoglifos, formados por valas ou montículos de grandes dimensões, e outros indícios confirmados no local, como a presença de terra preta, um solo rico em nutrientes criado por indígenas que viveram na floresta há milhares de anos.

Os voos da segunda fase do projeto, que cobrirá uma extensão muito maior, começam em abril de 2026. À frente da iniciativa está Eduardo Góes Neves, professor e diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Ele considera que o impacto do LiDAR na arqueologia é comparável ao da datação por carbono-14, desenvolvida na década de 1940. “Ele permite que enxerguemos sítios arqueológicos abaixo da copa das árvores. E por meio das imagens conseguimos ter acesso a locais muito difíceis de se chegar”, diz.

Neves avalia que o uso da tecnologia na Amazônia brasileira chegou mais tarde que na Bolívia ou no Equador devido, entre outros motivos, à imensidão da floresta no território do país “A logística é mais difícil, em Quito ou Santa Cruz de La Sierra você pega um aviãozinho e em meia hora está na Amazônia. No Brasil, a escala é muito maior”, diz. Ele enfatiza que o maior interesse por arqueologia na Amazônia também está associado à consolidação de programas de pós-graduação nos últimos 25 anos – “que geraram doutores que hoje são professores e estão orientando mais gente fazendo pesquisa”.

Secretário-executivo da iniciativa Amazônia+10, Rafael Andery considera que o LiDAR “mudou o jogo” das pesquisas arqueológicas na Amazônia, já que a logística para fazer trabalhos de campo nos confins da floresta é complexa. “É muito caro custear uma pesquisa, especialmente se

ela for feita longe dos grandes centros, das vias de transporte, das hidrovias. E muitas das descobertas que temos visto na Amazônia em termos de arqueologia são justamente em territórios menos acessíveis”, afirma.

Entre os projetos de arqueologia apoiados pela Amazônia+10, estão um para mapear a herança biocultural e desenvolver esforços de etnoconservação na região entre os rios Xingu e Tapajós, e outro para criar um inventário dos sítios arqueológicos de Roraima – estado muito pouco estudado “onde tudo quase é novidade”, diz Andery.

Na Amazônia boliviana, um projeto pioneiro conduzido por pesquisadores do Instituto Alemão de Arqueologia, da Universidade de Bonn e da Universidade de Exeter com o uso de LiDAR encontrou resquícios de centenas de povoados ocupados entre os séculos 6 e 15, que compunham uma estrutura urbana de baixa densidade populacional criada pelo povo casarabe, similar à dos maias.

Outro projeto da Universidade de Bonn, que teve a cooperação de três universidades brasileiras (UFAM, UFOPA e UFSC), estudou o modo de vida e os elementos arqueológicos de quatro povos amazônicos: os tacana, tsimane e mosetén na Bolívia e os waiwai no Brasil.

Carla Jaimes Betancourt, coordenadora do projeto e professora do departamento de Antropologia das Américas da Universidade de Bonn, considera que estudar vestígios de povoados antigos é especialmente relevante para a garantia de direitos dos indígenas contemporâneos.

Os quatro povos estudados na sua pesquisa foram consultados previamente e participaram como protagonistas do debate e conceituação de seus territórios e heranças culturais. No projeto Amazônia Revelada, de Eduardo Neves, os povos indígenas também foram consultados se autorizavam o sobrevoo e escaneamento de seus territórios.

Betancourt considera que esses três fatores estão por trás do interesse crescente por arqueologia na região da floresta: resistência dos povos indígenas a ameaças à Amazônia, formação recente de muitos arqueólogos dedicados ao tema e a tecnologia do LiDAR. Os achados recentes na Amazônia “têm a ver com a ideia de que o passado não está desconectado do presente, no qual os povos amazônicos lutam por seus territórios, ligados à sua história”, diz. “A arqueologia tem um papel importante para demonstrar que não são territórios vazios, que têm um

passado muito profundo, um legado dos povos indígenas.”

Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/arqueologia-na-amazonia-ganha-forca-com-tecnologia-e-mais-verbas/a-76280184>>. Adaptado. Acesso em: 27 de março de 2026.

Questão 01

De acordo com o texto, durante muito tempo, subestimou-se a complexidade das sociedades amazônicas pois:

- A ausência de interesse científico na região impediu o desenvolvimento de estudos arqueológicos consistentes.
- As características ambientais da Amazônia eram vistas como incompatíveis com a formação de sociedades organizadas.
- A inexistência de registros históricos escritos dificultava a compreensão da organização social na floresta.
- A dificuldade de acesso à região impedia completamente qualquer tipo de exploração científica.
- A inferioridade tecnológica dos povos amazônicos em relação a outras civilizações era evidente.

Questão 02

Sobre o uso do LiDAR nas pesquisas arqueológicas na Amazônia, é CORRETO afirmar que:

- O LiDAR substitui integralmente o trabalho de campo realizado por arqueólogos na floresta.
- O uso do LiDAR elimina a necessidade de autorização das populações indígenas para pesquisas.
- O LiDAR possibilita identificar vestígios arqueológicos que antes eram dificilmente detectáveis.
- O uso do LiDAR é limitado a regiões com pouca cobertura vegetal.
- O LiDAR tem sido pouco relevante para o avanço das pesquisas arqueológicas recentes.

Questão 03

Acerca do texto, assinale CORRETAMENTE uma mudança ocorrida no financiamento e interesse pela arqueologia na Amazônia.

- A participação de projetos arqueológicos diminuiu, mas os recursos destinados aumentaram significativamente.

- b) O número de submissões de projetos arqueológicos cresceu, acompanhado de maior volume de recursos recebidos.
- c) Os projetos arqueológicos continuam sem receber financiamento, apesar do aumento no número de pesquisadores.
- d) O financiamento passou a ser distribuído de forma igualitária entre todas as áreas de pesquisa.
- e) O aumento de recursos ocorreu independentemente do interesse acadêmico pela área.

Questão 04

Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE a relação estabelecida no texto entre arqueologia e povos indígenas contemporâneos.

- a) A arqueologia é vista como uma ameaça à autonomia dos povos indígenas.
- b) Os povos indígenas rejeitam majoritariamente a realização de pesquisas em seus territórios.
- c) O conhecimento arqueológico contribui para a valorização e defesa dos territórios indígenas.
- d) A arqueologia tem pouca relevância para as discussões atuais sobre direitos territoriais.
- e) Os projetos arqueológicos são conduzidos sem a participação das comunidades indígenas.

Questão 05

De acordo com o texto, a alternativa que indica CORRETAMENTE os fatores responsáveis pelo aumento recente das descobertas arqueológicas na Amazônia é:

- a) A substituição de métodos tradicionais por técnicas exclusivamente digitais.
- b) O crescimento do turismo científico aliado à exploração econômica da floresta.
- c) A combinação entre avanços tecnológicos, maior formação de especialistas e engajamento indígena.
- d) A atuação isolada de pesquisadores estrangeiros com financiamento internacional.
- e) A redução dos custos logísticos associada à expansão de infraestrutura na região.

Questão 06

Assinale a alternativa em que a palavra destacada pode ser substituída, sem prejuízo de sentido no contexto do texto, pelo termo indicado.

- a) “vestígios de uma vila” — indícios.
- b) “civilizações antigas” — arcaicas.

- c) “obstáculos intransponíveis” — evitáveis.
- d) “logística é mais difícil” — organização simples.
- e) “territórios vazios” — desabitados permanentemente.

Questão 07

No trecho “era mais fácil para um desbravador antigo nas Américas encontrar um templo maia”, a oração destacada exerce a função sintática de:

- a) Objeto direto.
- b) Objeto indireto.
- c) Predicativo do sujeito.
- d) Complemento nominal.
- e) Sujeito.

Questão 08

A alternativa que destaca CORRETAMENTE um pronome relativo é:

- a) Civilizações antigas como os incas, os maias e os astecas usavam pedras para construir vias, casas e templos, alguns dos quais seguem de pé até hoje.
- b) Ele enfatiza que o maior interesse por arqueologia na Amazônia também está associado à consolidação de programas de pós-graduação nos últimos 25 anos.
- c) É muito caro custear uma pesquisa, especialmente se ela for feita longe dos grandes centros.
- d) Outro projeto da Universidade de Bonn, que teve a cooperação de três universidades brasileiras.
- e) Betancourt considera que esses três fatores estão por trás do interesse crescente por arqueologia na região da floresta.

Questão 09

Assinale a análise CORRETA da forma verbal destacada no trecho: “Ele permite que enxerguemos sítios arqueológicos abaixo da copa das árvores.”

- a) A forma verbal está no presente do indicativo e expressa uma ação habitual realizada pelos pesquisadores.
- b) A forma verbal está no pretérito perfeito do subjuntivo e indica uma ação concluída no passado.
- c) A forma verbal está no futuro do presente do indicativo e indica uma ação que ainda será realizada.
- d) A forma verbal está no presente do subjuntivo e expressa uma possibilidade decorrente da ação do verbo “permitir”.
- e) A forma verbal está no imperativo e expressa uma ordem dirigida ao leitor.

Questão 10

Assinale a alternativa que destaca **CORRETAMENTE** uma locução conjuntiva.

- a) Rafael Andery considera que o LiDAR “mudou o jogo” das pesquisas arqueológicas na Amazônia, já que a logística para fazer trabalhos de campo nos confins da floresta é complexa.
- b) Os povos indígenas também foram consultados se autorizavam o sobrevoo e escaneamento de seus territórios.
- c) Neves avalia que o uso da tecnologia na Amazônia brasileira chegou mais tarde que na Bolívia ou no Equador devido, entre outros motivos, à imensidão da floresta no território do país.
- d) Por muito tempo, acreditou-se que a Amazônia não oferecia condições para o desenvolvimento de sociedades mais complexas.
- e) Já os povos originários da Amazônia alteravam seu ambiente com movimentações de terra e o uso de madeira e palha.

Questão 11

As Normas de Habilitação para a Atenção Especializada no Processo Transexualizador, previstas na Portaria de Consolidação n.º 2/2017, estabelecem critérios para serviços de saúde que desejam ofertar esse cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS). Considerando essas disposições, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A habilitação é restrita a hospitais universitários federais, não podendo ser concedida a serviços estaduais ou municipais.
- b) Os serviços habilitados devem garantir equipe multiprofissional composta, no mínimo, por médicos, psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais, assegurando acompanhamento integral.
- c) A portaria prevê que o processo transexualizador pode ser iniciado apenas após os 25 anos de idade, em consonância com normas internacionais de saúde.
- d) A habilitação dispensa comprovação de capacidade e regulamentação em órgãos competentes, bastando a manifestação de interesse do gestor estadual ou municipal para regulamentação nessas instâncias.
- e) O processo transexualizador é regulamentado apenas para procedimentos cirúrgicos e acompanhamento psicológico.

Questão 12

O Art. 197 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que são de relevância pública as ações e serviços de saúde. Tais ações e serviços envolvem diretamente a proteção da vida, da dignidade humana e do bem-estar coletivo. Além disso, o exercício da prática assistencial está inserido em um contexto de interesse público e de responsabilidade ética e legal, contribuindo diretamente para a efetivação da cidadania. Com base no Artigo 197, é **CORRETO** afirmar que:

- a) As ações voltadas à promoção da saúde deixam de ser enquadradas como atividades típicas de prestação de serviços públicos, passando a ser compreendidas, em caráter complementar, como iniciativas de natureza privada, desvinculadas da obrigação estatal de execução direta.
- b) Tais ações e serviços, mesmo quando prestados por instituições particulares, são passíveis de regulamentação, fiscalização e controle pelo Poder Público, que detém a competência constitucional para assegurar padrões mínimos de qualidade e segurança.
- c) Como as ações e os serviços de saúde são de relevância pública, a consequência jurídica é a vedação de qualquer uso de recursos orçamentários estatais para o pagamento de serviços prestados por instituições privadas de saúde, reforçando a prioridade do investimento no sistema público.
- d) A crescente demanda por cuidados de saúde e sua relevância socioeconômica conferem caráter de relevância pública às ações executadas por pessoas físicas ou jurídicas privadas, dispensando regulamentação e controle estatal por se tratarem de atividades menos complexas e desvinculadas de grandes redes hospitalares.
- e) Segundo o Art. 197, a competência do Poder Público limita-se à prestação direta das ações de saúde, não lhe cabendo regulamentar, fiscalizar ou controlar aquelas executadas por particulares, já que estas se enquadram como atividades de livre iniciativa.

Questão 13

O Art. 6º da Lei n.º 8.080/1990, inclui ações e serviços voltados à saúde do trabalhador nas atribuições do SUS. Com base nesse dispositivo e em seus incisos, assinale a alternativa que apresenta apenas ações que integram as atribuições do SUS no campo de saúde do trabalhador, conforme a Lei Orgânica da Saúde.

- a) Assistência ao trabalhador vítima de acidente de trabalho ou de doença ocupacional; participação na avaliação e controle de riscos no processo de trabalho e revisão periódica da listagem de doenças relacionadas ao trabalho.
- b) Fiscalização de benefícios previdenciários; definição da jornada máxima de trabalho saudável; avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde e concessão de aposentadoria especial ao trabalhador exposto a agentes nocivos.
- c) Realização de perícias trabalhistas judiciais; garantir a interdição de máquinas, setores ou ambientes de trabalho diante de risco iminente à vida ou à saúde, quando solicitado pelo sindicato dos trabalhadores e gestão e fiscalização de programas de seguro de vida.
- d) Avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho; captação de recursos para ações de saúde por meio dos Conselhos Profissionais e regulamentação da contribuição sindical para planos coletivos de saúde.
- e) Organização de conselhos de fiscalização do exercício da profissão; criação de normas de registro em conselhos de classe; definição de piso salarial das categorias da saúde e participação na fiscalização dos serviços de saúde do trabalhador nas empresas públicas e privadas.

Questão 14

Conforme o Art. 198 da Constituição Federal (CF) de 1988, que estabelece que as ações e serviços do SUS integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema organizado segundo diretrizes específicas, é CORRETO afirmar que:

- a) O SUS é centralizado pela União, que detém direção única em todo o território nacional, capitaneada pelo Poder Executivo, mas fiscalizada pelo Legislativo, que representa a participação popular.
- b) O atendimento integral deve priorizar serviços hospitalares, distribuídos em rede colaborativa e racionalizada, em detrimento das atividades preventivas, com base nos agravos com maior incidência nacional.
- c) A participação da comunidade é garantida pelo serviço de Ouvidoria e pela possibilidade de a liderança estadual opcionalmente aceitar as solicitações e julgar quais as melhores ações adotadas no território.

- d) O SUS é organizado em rede regionalizada e hierarquizada, com descentralização e direção única em cada esfera de governo, atendimento integral, priorizando atividades preventivas, sem prejudicar os serviços assistenciais, e participação da comunidade.
- e) O SUS é estruturado pela União de acordo com critérios clínicos e epidemiológicos, baseado em hierarquia centralizada que determina a composição da rede regional, que dá suporte às unidades do município.

Questão 15

A Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS), instituída em 2003, buscou transformar práticas de atenção e gestão no SUS, valorizando o acolhimento, o vínculo e a corresponsabilidade entre profissionais, usuários e gestores. A Lei 15.126, sancionada em 28 de abril de 2025, trouxe uma mudança importante a respeito dessa política pública tão relevante. Considerando esses elementos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Lei n.º 15.126/2025 consolidou a atenção humanizada como princípio legal do SUS, reforçando que o cuidado deve integrar dimensões técnicas e subjetivas, sem restringir-se a protocolos clínicos, e garantindo que a humanização seja obrigatória em todas as esferas de gestão e atenção.
- b) A HumanizaSUS, após a Lei n.º 15.126/2025, passou a ser considerada política estadual sem força normativa vinculante, cabendo a cada ente federativo adotar práticas humanizadas, garantindo que o acolhimento e a clínica ampliada sejam obrigatórios em todos os hospitais gerais dos municípios.
- c) A atualização normativa de 2025 revogou a Política Nacional de Humanização, substituindo-a por um novo programa de gestão hospitalar voltado para a eficiência administrativa, o acolhimento por classificação de risco, a participação dos usuários na cogestão de unidades.
- d) A Lei n.º 15.126/2025 incluiu a atenção humanizada como princípio constitucional do SUS, alterando diretamente o Art. 198 da Constituição Federal (CF) de 1988, de modo que a humanização passou a ser diretriz constitucional, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com a humanização das unidades de saúde.

e) A Política Nacional de Humanização, após a Lei n.º 15.126/2025, foi ampliada como programa ministerial transversal, para ser aplicada em todas as unidades hospitalares de grande porte, e em unidades da atenção básica ou especializada em municípios estratégicos, expandindo os serviços de acolhimento.

Questão 16

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT estabelece objetivos específicos para garantir equidade no SUS. Conforme o Art. 2º da Portaria n.º 2.836/2011 e consolidada na Portaria de Consolidação GM/MS n.º 2/2017, assinale CORRETAMENTE:

- a) Entre os objetivos está a promoção de iniciativas voltadas à redução de riscos e atenção aos problemas decorrentes do uso prolongado de hormônios por travestis e transexuais.
- b) A política prevê a coleta e análise de dados específicos sobre saúde da população LGBT, mas exclui recortes étnico-raciais e territoriais por serem considerados secundários.
- c) O processo transexualizador é garantido apenas em caráter experimental, sem regulamentação formal, cabendo às secretarias estaduais decidir sobre sua oferta.
- d) A política restringe sua atuação à atenção básica, não contemplando adolescentes e idosos LGBT em serviços especializados.
- e) A redução da morbidade e mortalidade de travestis é considerada responsabilidade exclusiva de organizações da sociedade civil, não sendo prevista como estratégia setorial ou intersetorial do SUS.

Questão 17

A Lei n.º 15.176/2025 alterou o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), reconhecendo a fibromialgia como deficiência para fins legais. Sobre essa inclusão, é CORRETO afirmar que:

- a) A fibromialgia foi reconhecida como deficiência apenas para concessão de benefícios previdenciários, não sendo considerada para políticas de saúde e inclusão social.
- b) A alteração garante às pessoas com fibromialgia o direito de acesso às políticas de inclusão, incluindo prioridade no atendimento em saúde, adaptações razoáveis e cotas em concursos públicos.

- c) A Lei define a fibromialgia como condição temporária, sem implicações para acessibilidade ou participação em conselhos de saúde.
- d) O reconhecimento da fibromialgia como deficiência restringe-se ao ambiente laboral, não abrangendo educação, transporte e saúde.
- e) A inclusão da fibromialgia no Estatuto elimina automaticamente a necessidade de perícia médica para comprovação da condição em processos administrativos.

Questão 18

A Lei n.º 14.679/2023 alterou o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), reforçando garantias fundamentais no campo da saúde, acessibilidade e direitos humanos. Considerando suas disposições, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A atualização passou a reconhecer a fibromialgia como deficiência, garantindo prioridade máxima no atendimento em saúde e acessibilidade em serviços públicos e privados.
- b) A atualização restringiu a participação das pessoas com deficiência em conselhos de saúde, para não dificultar o entendimento e participação.
- c) A Lei incluiu como princípio a proteção integral dos direitos humanos de todos os usuários, com especial atenção à identificação de maus-tratos, negligência e violência sexual contra crianças e adolescentes.
- d) A Lei condicionou o acesso a medicamentos gratuitos para pessoas com deficiência à comprovação de renda familiar.
- e) A atualização redefiniu a integralidade da assistência como exclusivamente voltada para ações curativas pelo custo-benefício.

Questão 19

De acordo com a Lei n.º 14.423/2022 que está alinhada a princípios de direitos humanos e políticas públicas, determinando nova terminologia no Estatuto da Pessoa Idosa, é CORRETO afirmar que:

- a) A alteração busca harmonizar a legislação brasileira com tratados internacionais de direitos humanos, como a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas.
- b) A mudança terminológica tem como objetivo principal adequar o Estatuto às normas previdenciárias.

- c) A Lei estabelece que apenas pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social terão prioridade em serviços públicos.
- d) A substituição terminológica implica automaticamente a criação de novos programas de transferência de renda voltados às pessoas idosas.
- e) A alteração exclui a possibilidade de políticas específicas para maiores de 80 anos, uniformizando todos os direitos sem diferenciação etária.

Questão 20

A Lei n.º 14.423/2022 promoveu alteração terminológica no Estatuto da Pessoa Idosa. Sobre os efeitos dessa mudança, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A substituição de “idoso” por “pessoa idosa” não tem qualquer impacto jurídico, sendo apenas uma alteração estética.
- b) A Lei revogou dispositivos anteriores que tratavam da prioridade especial para maiores de 80 anos, substituindo-os por prioridade geral para todas as pessoas idosas.
- c) A mudança terminológica restringe a aplicação do Estatuto apenas às pessoas acima de 65 anos, em consonância com a aposentadoria compulsória prevista na Constituição.
- d) A alteração reforça a perspectiva de sujeito de direitos e pode influenciar interpretações judiciais e administrativas sobre dignidade e autonomia da pessoa idosa.
- e) A alteração modificou substancialmente os direitos materiais previstos no Estatuto, criando novos benefícios previdenciários automáticos para pessoas idosas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 21**

Um Engenheiro Civil Orçamentista é responsável por uma obra hospitalar financiada com recursos públicos federais. Durante auditoria, o Tribunal de Contas identifica que alterações estruturais foram executadas sem emissão de ART complementar. O contratante alega que o contrato já garante responsabilidade técnica. Considerando a Lei n.º 5.194/1966, o Código de Ética e as normas administrativas aplicáveis, assinale a conduta CORRETA:

- a) Prosseguir com as alterações sem ART, pois o contrato já garante responsabilidade técnica.

- b) Emitir nova ART específica para as alterações, comunicando formalmente ao CREA e registrando em diário de obra.
- c) Solicitar apenas anuência verbal do contratante, sem necessidade de registro.
- d) Delegar a responsabilidade a outro profissional sem ART, para agilizar o processo.
- e) Registrar apenas em diário de obra, sem comunicação ao CREA.

Questão 22

Durante a elaboração do orçamento de uma obra hospitalar, o contratante solicita manipulação de quantitativos para reduzir artificialmente o custo e vencer licitação. Dessa forma, a postura CORRETA exigida pelo Código de Ética Profissional da Engenharia, deve ser:

- a) Atender ao pedido, pois o cliente tem prioridade.
- b) Ajustar os valores parcialmente, para não comprometer totalmente o orçamento.
- c) Solicitar autorização judicial para decidir.
- d) Recusar a prática, mantendo integridade técnica e ética, mesmo sob risco de perder o contrato.
- e) Ignorar a manipulação, pois não afeta diretamente a execução física.

Questão 23

Na elaboração de um cronograma físico-financeiro de uma obra hospitalar, o Engenheiro identifica atraso de 90 dias na entrega de equipamentos importados, impactando etapas críticas. Nesse caso, a medida de gestão CORRETA deve ser:

- a) Ignorar o atraso, mantendo cronograma original.
- b) Solicitar apenas aumento de prazo contratual, sem ajustes financeiros.
- c) Transferir a responsabilidade ao fornecedor, sem impacto no cronograma.
- d) Reduzir arbitrariamente os custos para compensar o atraso.
- e) Replanejar o cronograma físico-financeiro, ajustando desembolsos e etapas críticas.

Questão 24

Um Engenheiro Orçamentista utiliza BIM integrado ao MS Project para planejar uma obra. Em relação ao tema, assinale a vantagem técnica de maior relevância dessa integração:

- a) Exclusiva visualização tridimensional do projeto.
- b) Restrição ao controle de insumos, sem impacto no cronograma.

- c) Correlação automática entre elementos do modelo e cronograma, permitindo simulação de custos e prazos.
- d) Exclusiva geração de relatórios financeiros.
- e) Substituição completa da responsabilidade técnica.

Questão 25

Na composição de custos unitários de um serviço de alvenaria, o Engenheiro identifica divergência entre valores do SINAPI e do TCPO. Conforme o caso, a conduta CORRETA é:

- a) Justificar tecnicamente a escolha do sistema de referência mais adequado ao contrato, garantindo transparência.
- b) Utilizar exclusivamente o TCPO, pois é referência privada consolidada.
- c) Ignorar os sistemas e adotar valores arbitrários.
- d) Solicitar apenas anuência verbal do contratante.
- e) Utilizar ambos os sistemas simultaneamente, sem critério técnico.

Questão 26

Em contrato de obra, o Engenheiro precisa elaborar medição mensal para pagamento. O contratante solicita inclusão de serviços não executados. Sobre o caso, a postura CORRETA deve ser:

- a) Atender ao pedido, pois o contratante tem prioridade.
- b) Incluir parcialmente os serviços, para evitar conflito.
- c) Solicitar autorização judicial antes de decidir.
- d) Ignorar a divergência, pois não afeta o cronograma.
- e) Recusar a inclusão, registrando apenas serviços efetivamente executados.

Questão 27

Um Engenheiro Orçamentista avalia o desempenho econômico-financeiro de uma obra. Nesse contexto, o indicador CORRETAMENTE adequado para medir a relação entre valor agregado e custo real, é:

- a) Índice de Prazo (SPI).
- b) Índice de Desempenho de Custo (CPI).
- c) Índice de Liquidez Corrente.
- d) Taxa Interna de Retorno (TIR).
- e) Índice de Endividamento.

Questão 28

Durante a execução de uma obra, o Engenheiro identifica que a equipe de mão de obra está subdimensionada, comprometendo o cronograma. Acerca do caso, a medida de gestão CORRETA deve ser:

- a) Ignorar o problema, mantendo cronograma original.
- b) Solicitar apenas aumento de prazo contratual.
- c) Transferir a responsabilidade ao contratante.
- d) Replanejar a alocação de recursos humanos, ajustando produtividade e prazos.
- e) Reduzir arbitrariamente os custos para compensar.

Questão 29

Durante a elaboração de um projeto executivo para uma obra de alta complexidade, o Engenheiro Orçamentista precisa definir critérios para sistemas de climatização e ventilação. O contratante solicita especificações genéricas para ampliar a competitividade da licitação. Considerando as normas da ABNT e a responsabilidade técnica, assinale a conduta CORRETA:

- a) Atender ao pedido, pois especificações genéricas aumentam a concorrência.
- b) Delegar a definição ao fornecedor, sem critérios prévios.
- c) Fundamentar o memorial descritivo em normas específicas da ABNT, garantindo qualidade mínima e segurança sanitária.
- d) Restringir a concorrência a uma marca específica.
- e) Evitar detalhamento técnico para não limitar a competitividade.

Questão 30

Na elaboração de um termo de referência para licitação de obra, o Engenheiro Orçamentista precisa definir critérios de desempenho para sistemas elétricos críticos, como geradores de emergência e sistemas de proteção contra falhas. O contratante solicita especificações genéricas para ampliar a competitividade, enquanto a equipe de auditoria alerta para a necessidade de conformidade com normas técnicas e legislação vigente. Com base na Lei n.º 14.133/2021, no Código de Ética Profissional da Engenharia e nas normas da ABNT, o requisito indispensável para garantir transparência, segurança e conformidade legal é:

- a) Utilizar apenas especificações genéricas, sem referência normativa, ampliando a concorrência, mas comprometendo rastreabilidade técnica.
- b) Usar como base para o termo de referência, as normas técnicas da ABNT, além de requisitos de segurança hospitalar, assegurando clareza, objetividade e isonomia entre concorrentes.
- c) Delegar a definição ao fornecedor, permitindo flexibilidade, mas transferindo indevidamente a responsabilidade técnica.
- d) Restringir a concorrência a empresas locais, favorecendo regionalização, mas violando princípios de legalidade e competitividade.
- e) Evitar detalhamento técnico para não limitar a competitividade, ainda que isso comprometa a segurança operacional e a conformidade normativa.

Questão 31

Na elaboração de documentos técnicos para licitação de obra, o engenheiro precisa definir critérios de habilitação. Diante do exposto, a exigência CORRETAMENTE compatível com a nova Lei de Licitações é:

- a) Exigir comprovação de experiência em obras da mesma área ou similares, desde que tecnicamente justificada e proporcional ao objeto.
- b) Restringir a participação a empresas locais, sem justificativa técnica.
- c) Exigir marca específica de equipamentos.
- d) Solicitar apenas declaração verbal de capacidade técnica.
- e) Exigir requisitos desproporcionais ao objeto.

Questão 32

Durante a análise de projeto executivo de um hospital universitário, o Engenheiro Orçamentista identifica que o memorial descritivo de instalações elétricas segue parcialmente a NBR 5410, mas não contempla requisitos da NBR 13534 (instalações elétricas em estabelecimentos assistenciais de saúde). O contratante argumenta que a NBR 5410 já é suficiente. Considerando responsabilidade técnica e auditoria futura a conduta CORRETA a ser tomada é:

- a) Aceitar apenas a NBR 5410, pois é norma geral de instalações elétricas.
- b) Exigir adequação simultânea às duas normas (NBR 5410 e NBR 13534), registrando parecer técnico e justificando impacto orçamentário.

- c) Delegar a decisão ao fornecedor, que poderá propor soluções equivalentes.
- d) Ajustar parcialmente o memorial, sem referência normativa, para atender ao contratante.
- e) Ignorar a divergência, pois não compromete diretamente o cronograma físico-financeiro.

Questão 33

Em licitação de obra hospitalar regida pela Lei n.º 14.133/2021, o Engenheiro Orçamentista precisa elaborar matriz de riscos. O gestor público sugere excluir riscos cambiais de equipamentos importados para simplificar o edital. De acordo com o enunciado, a postura CORRETA a ser tomada é:

- a) Excluir riscos cambiais, pois não são responsabilidade da administração.
- b) Incluir riscos cambiais na matriz, mas sem prever cláusulas de reajuste vinculadas a índices oficiais, pois isso não garantiria equilíbrio econômico-financeiro.
- c) Transferir integralmente os riscos ao fornecedor, sem previsão contratual.
- d) Ignorar riscos cambiais, pois não afetam cronograma físico.
- e) Incluir riscos cambiais na matriz, prevendo cláusulas de reajuste vinculadas a índices oficiais, garantindo equilíbrio econômico-financeiro.

Questão 34

Durante fiscalização de obra hospitalar, o Engenheiro identifica que a equipe de execução não possui profissionais habilitados para serviços de instalações hospitalares críticas. O empreiteiro alega que a mão de obra é “equivalente” e solicita aceitação para não atrasar cronograma. A conduta CORRETA, nesse caso, segundo as normas técnicas e a responsabilidade ética, é:

- a) Aceitar a equipe, pois não compromete cronograma.
- b) Solicitar apenas anuência verbal do contratante.
- c) Exigir comprovação de habilitação técnica dos profissionais, registrando não conformidade em relatório e comunicando ao contratante.
- d) Delegar a decisão ao fornecedor, sem registro formal.
- e) Ignorar a divergência, pois não afeta diretamente o orçamento.

Questão 35

Em auditoria de obra hospitalar, o Engenheiro identifica que boletins de medição incluem serviços não executados, mas já pagos. O contratante solicita que o Engenheiro “ajuste” os relatórios para evitar conflito político. Segundo a ética profissional e as normas de auditoria, a conduta CORRETA deve ser:

- a) Registrar de forma parcial a divergência em relatório técnico-financeiro, comunicando de forma extra oficial ao contratante. Não há necessidade de envolver os órgãos de controle nesse tema.
- b) Ajustar parcialmente os relatórios, para evitar conflito.
- c) Solicitar apenas anuência verbal do contratante.
- d) Registrar integralmente a divergência em relatório técnico-financeiro, comunicando formalmente ao contratante e órgãos de controle.
- e) Delegar a responsabilidade a outro profissional sem registro.

Questão 36

Na fiscalização de uma obra hospitalar, o Engenheiro identifica uso de materiais fora das especificações do projeto executivo. O empreiteiro alega que os materiais são equivalentes. Acerca do caso, a conduta CORRETA é:

- a) Aceitar e fundamentar a utilização dos materiais sem registro.
- b) Registrar não conformidade em relatório técnico paralelo, mesmo sem exigir comprovação documental de equivalência conforme normas da ABNT.
- c) Solicitar apenas anuência verbal do contratante.
- d) Ignorar a divergência, pois não afeta o cronograma.
- e) Registrar a não conformidade em relatório técnico e exigir comprovação documental de equivalência conforme normas da ABNT.

Questão 37

Durante auditoria técnica em obra hospitalar, o Engenheiro precisa comprovar conformidade dos serviços de concreto estrutural. Nesse contexto, o procedimento indispensável é:

- a) Solicitar apenas declaração verbal do empreiteiro.
- b) Apresentar relatórios de ensaios laboratoriais de resistência e durabilidade, elaborados de acordo com a fundamentação enviada pela empresa executora.

- c) Ignorar a exigência, pois não compromete o cronograma.
- d) Apresentar relatórios de ensaios laboratoriais de resistência e durabilidade, conforme normas da ABNT (NBR 6118 e correlatas).
- e) Emitir laudo simplificado sem ensaios, o que basta para sanar a pendência na auditoria.

Questão 38

Durante a execução de fundações profundas em um hospital universitário, o Engenheiro Orçamentista identifica que trabalhadores estão em escavações sem escoramento adequado e sem plano de emergência. O empreiteiro alega que a prática é comum e que o cronograma não permite atrasos. De acordo com a NR-18 e a responsabilidade técnica, assinale a conduta CORRETA:

- a) Aceitar a prática, pois reduz tempo de execução e depois exigir documento técnico da empreiteira fundamentando a medida de exceção.
- b) Exigir escoramento e plano de emergência conforme NR-18, registrando não conformidade e interrompendo atividade até adequação.
- c) Delegar decisão aos engenheiros da empreiteira e validar seus pareceres.
- d) Ignorar situação, pois não compromete orçamento.
- e) Solicitar apenas anuência verbal do contratante.

Questão 39

Na elaboração de projeto executivo de uma UTI em hospital público, o Engenheiro Orçamentista precisa definir critérios de ventilação que assegurem pressão positiva, renovação mínima de ar e filtragem absoluta (HEPA). O contratante, preocupado com o orçamento, sugere simplificação das especificações para reduzir custos, alegando que “a prática corrente em outros hospitais é menos rigorosa”. Com base na NBR 7256 (Sistemas de Ventilação para Estabelecimentos Assistenciais de Saúde), na RDC n.º 50/2002 da ANVISA e na responsabilidade técnica perante órgãos de controle, a conduta CORRETA deve ser:

- a) Aceitar a simplificação proposta, desde que acompanhada de termo de responsabilidade assinado pelo contratante, transferindo o risco sanitário.
- b) Fundamentar o memorial descritivo em normas técnicas da ABNT e na RDC da Anvisa, garantindo pressão positiva e filtragem absoluta, mesmo com impacto orçamentário, e registrar parecer técnico justificando a necessidade.

- c) Delegar a decisão ao fornecedor de equipamentos de climatização, que poderá propor soluções equivalentes sem necessidade de referência normativa explícita.
- d) Ignorar as exigências sanitárias específicas, priorizando apenas o cumprimento do cronograma físico-financeiro e a entrega da obra no prazo.
- e) Solicitar apenas anuência verbal do contratante para manter especificações mínimas, sem registro formal em documentação técnica.

Questão 40

Durante a execução de uma obra hospitalar em área urbana, o Engenheiro Orçamentista identifica que resíduos de demolição e materiais contaminados (como gesso hospitalar e embalagens de medicamentos) estão sendo descartados sem segregação, em caçambas comuns, e posteriormente destinados a aterros não licenciados. O empreiteiro alega que essa prática é “rotina no mercado” e que o custo de implantação de um plano de gerenciamento seria elevado, podendo comprometer o cronograma físico-financeiro. Considerando a Resolução CONAMA n.º 307/2002, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010) e as normas sanitárias aplicáveis, assinale conduta técnica e ética CORRETA:

- a) Aceitar o descarte irregular, desde que acompanhado de termo de responsabilidade assinado pelo empreiteiro, transferindo o risco ambiental e sanitário.
- b) Propor a elaboração e implementação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), sem a exigência de segregação dos resíduos contaminados e sua destinação ficando a cargo do contratado.
- c) Exigir a elaboração e implementação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), com segregação dos resíduos contaminados e destinação conforme normas ambientais e sanitárias, registrando não conformidade e comunicando ao contratante.
- d) Ignorar a prática, priorizando apenas o cumprimento do cronograma físico-financeiro e a entrega da obra no prazo.
- e) Solicitar apenas anuência verbal do contratante para manter descarte simplificado, sem registro formal em documentação técnica.

Questão 41

Em inspeção de obra hospitalar, o Engenheiro observa trabalhadores em altura sem uso de cinto de

segurança e sem linha de vida instalada. Nesse caso, a conduta CORRETA deve ser:

- a) Aceitar prática, desde que todos os envolvidos assinem termo assumindo o risco, pois isso agiliza execução.
- b) Delegar decisão ao responsável pela execução das obras, pois em caso de acidentes a responsabilidade será imputada a eles.
- c) Ignorar situação, pois não compromete orçamento.
- d) Solicitar apenas anuência verbal do contratante.
- e) Exigir uso de EPIs e EPCs conforme NR-6 e NR-35, registrando não conformidade e interrompendo atividade até adequação.

Questão 42

Durante reunião de obra hospitalar, o Engenheiro precisa comunicar atraso de cronograma a equipe multiprofissional. Dessa forma, a postura CORRETA é:

- a) Comunicar de forma clara, objetiva e cordial, adaptando linguagem ao público e registrando em ata.
- b) Utilizar linguagem técnica restrita, sem adaptação. As lideranças de cada área entenderão o que foi passado através da fala do engenheiro.
- c) Delegar comunicação ao empreiteiro, pois como ele já conhece bem seus comandados, compete a ele saber como comunicar-se com eles.
- d) Ignorar atraso, para evitar conflito. Há outras formas de compensar o tempo que foi perdido.
- e) Solicitar apenas anuência verbal do contratante.

Questão 43

Durante fiscalização de uma obra hospitalar em área urbana, familiares de pacientes questionam sobre os impactos da obra no funcionamento do hospital e na segurança sanitária. O empreiteiro sugere que o Engenheiro não responda, para evitar polêmicas. Diante do exposto, assinale a conduta CORRETA:

- a) Recusar diálogo, pois não é função técnica do engenheiro.
- b) Responder com urbanidade e clareza, fornecendo informações gerais sobre medidas de mitigação e segurança, sem comprometer sigilo contratual, e registrar oficialmente a comunicação.
- c) Delegar resposta ao empreiteiro, que possui contato direto com a comunidade.
- d) Ignorar questionamentos, priorizando apenas o cumprimento do cronograma físico-financeiro.

- e) Se dirigir aos familiares com urbanidade e clareza, fornecendo informações gerais sobre medidas de mitigação e segurança, sem se preocupar com questão de sigilo contratual, e sem necessidade de registrar oficialmente a comunicação.

Questão 44

Em obra hospitalar, o Engenheiro precisa coordenar equipe multiprofissional composta por arquitetos, médicos, administradores e técnicos de enfermagem. O contratante sugere que apenas o empreiteiro conduza reuniões para agilizar decisões. De acordo com o enunciado, a conduta CORRETA deve ser:

- a) Atuar isoladamente, sem interação com outras áreas, para preservar autonomia técnica.
- b) Delegar coordenação ao empreiteiro, que possui experiência prática. Além disso ele é o responsável direto pela execução da obra.
- c) Promover integração multiprofissional, conduzindo reuniões periódicas com linguagem acessível, garantindo alinhamento técnico e funcional, e registrando decisões em ata.
- d) Ignorar divergências entre áreas, pois não afetam diretamente o orçamento.
- e) Solicitar apenas anuência verbal do contratante para validar decisões.

Questão 45

Durante reunião com gestores hospitalares, o Engenheiro é pressionado a reduzir custos sem alterar especificações técnicas, sob ameaça de substituição. Conforme o caso, o Engenheiro deve:

- a) Aceitar pressão, ajustando valores arbitrariamente para manter contrato.
- b) Manter postura cordial e proativa, explicando impacto técnico e ético da redução, fundamentando em normas e registrando em ata, mesmo diante de risco político.
- c) Delegar decisão ao empreiteiro, que poderá propor soluções alternativas.
- d) Ignorar pressão, sem registro formal, para evitar conflito.
- e) Solicitar apenas anuência verbal do contratante para ajustes pontuais.

Questão 46

Um Engenheiro Orçamentista supervisiona estagiários em obra hospitalar. O contratante solicita que os estagiários executem atividades críticas sem

supervisão, para reduzir custos. A postura CORRETA, com base no caso, é:

- a) Garantir supervisão direta, conforme responsabilidade técnica prevista em lei, registrando atividades em relatório e comunicando total liberdade de ação e participação de atuação dos estagiários.
- b) Permitir prática, pois reduz custos e agiliza execução.
- c) Ignorar prática, pois não compromete cronograma físico-financeiro.
- d) Solicitar apenas anuência verbal do contratante para flexibilizar supervisão.
- e) Garantir supervisão direta, conforme responsabilidade técnica prevista em lei, registrando atividades em relatório e comunicando limites de atuação dos estagiários.

Questão 47

Em projeto de obra hospitalar, o Engenheiro identifica oportunidade de pesquisa aplicada sobre eficiência energética em sistemas de climatização. O contratante questiona relevância, alegando que não há previsão contratual. Sobre o caso, a postura CORRETA deve ser:

- a) Ignorar oportunidade, pois não afeta cronograma físico-financeiro.
- b) Realizar de forma oficiosa e sem comunicação com as partes envolvidas na obra, pesquisa aplicada fundamentada em seus conhecimentos sobre o tema, registrando benefícios potenciais.
- c) Delegar decisão ao empreiteiro, que poderá avaliar economicamente.
- d) Propor pesquisa aplicada fundamentada em normas técnicas e políticas de sustentabilidade, registrando benefícios potenciais e sugerindo parceria institucional para viabilização.
- e) Ajustar parcialmente projeto, sem registro formal, para incluir medidas sustentáveis.

Questão 48

O Engenheiro é convidado a participar de comissão multidisciplinar sobre obras hospitalares, envolvendo médicos, arquitetos e gestores públicos. O gestor questiona necessidade da presença do engenheiro. Nesse contexto, o Engenheiro deve:

- a) Aceitar participação, contribuindo com pareceres técnicos, representando responsabilidade institucional e garantindo integração entre áreas.

- b) Aceitar participação, mas sem contribuição direta em quaisquer tipos de pareceres técnicos, não representando responsabilidade institucional e sem preocupação com integração entre áreas.
- c) Delegar participação ao empreiteiro, que possui experiência prática.
- d) Ignorar convite, pois não afeta cronograma físico-financeiro.
- e) Solicitar apenas anuência verbal do contratante para validar ausência.

Questão 49

O Engenheiro é solicitado a representar instituição em audiência pública sobre impacto ambiental de obra hospitalar. O contratante sugere que o engenheiro apenas “acompanhe” sem se manifestar. Dessa forma, assinale a conduta CORRETA:

- a) Recusar participação, pois não é função técnica direta.
- b) Representar instituição com postura ética e técnica, fundamentando em normas ambientais, relatórios de impacto e responsabilidade social, mesmo diante de pressões políticas.
- c) Representar a categoria dos engenheiros com postura ética e técnica, fundamentando em normas próprias de atuação dos engenheiros diante do tema tratado, evitando, porém, qualquer divergência conceitual que gere pressões políticas.
- d) Ignorar convite, pois não afeta cronograma físico-financeiro.
- e) Solicitar apenas anuência verbal do contratante para manter presença passiva.

Questão 50

Durante a execução de uma obra hospitalar financiada com recursos públicos, o Engenheiro Orçamentista é designado para acompanhar uma auditoria externa realizada por órgão de controle. No decorrer da vistoria, são identificadas divergências entre medições físicas e relatórios financeiros. O contratante solicita que o engenheiro não registre as inconsistências, alegando que isso poderia gerar conflito político e atrasar repasses de verba. Considerando a Lei n.º 5.194/1966, o Código de Ética Profissional da Engenharia, as normas de auditoria técnica e a responsabilidade solidária do engenheiro perante órgãos fiscalizadores, a postura CORRETA deve ser:

- a) Atender à solicitação do contratante, omitindo divergências nos relatórios, sob a justificativa de preservar a continuidade contratual e evitar desgaste político.
- b) Registrar integralmente as divergências em relatório técnico, comunicando formalmente ao contratante e aos órgãos de controle, fundamentando em normas de auditoria e princípios éticos, mesmo diante de risco de conflito institucional.
- c) Delegar a decisão ao empreiteiro responsável pela execução, permitindo que ele ajuste os relatórios conforme sua conveniência.
- d) Ignorar as divergências identificadas, priorizando apenas o cumprimento do cronograma físico-financeiro e a entrega da obra dentro do prazo estipulado.
- e) Solicitar apenas anuência verbal do contratante para realizar ajustes pontuais nos relatórios, sem registro formal em documentação técnica.